

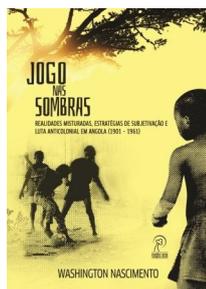
Embates, processos de subjetivação e resistências em Angola colonial (1901-1961)

Thiago Henrique Sampaio

Doutorando em História – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, São Paulo

 <https://orcid.org/0000-0001-9423-8949>

E-mail: thiago.sampaio92@gmail.com



Resenha de:

NASCIMENTO, Washington. *Jogo nas sombras: realidades misturadas, estratégias de subjetivação e luta anticolonial em Angola (1901-1961)*. Vitória da Conquista, BA: Edições Uesb, 2020. 324 p. ISBN: 978-65-87106-11-3 (impresso).

Texto recebido em: 24/09/2021

Texto aprovado em: 17/11/2021

A expansão dos Estudos Africanos ganhou destaque no Brasil notadamente a partir da Lei 10.639/2003. Antes desenvolveram-se importantes pesquisas sobre a herança africana na sociedade brasileira, mas poucos trabalhos guiavam-se para o universo restrito dos africanos. Nas últimas três décadas, centros de pesquisas, grupos de estudos e pesquisadores da área de África dinamizaram estudos sobre o continente. Sob variadas temáticas e abordagens teóricas e metodológicas diversas, um rol de novos estudos surgiram, como *Jogo nas sombras: realidades misturadas, estratégias de subjetivação e luta anticolonial em Angola (1901-1961)*, do historiador Washington Nascimento, publicado pela Edições UESB em 2020.

A obra, fruto de pesquisas empreendidas no Arquivo Nacional de Angola e no Arquivo Histórico do Namibe, e que também conta com entrevistas coletadas na região de Luanda e no sul de Angola, traz discussões sobre a luta anticolonial sob perspectiva das resistências. Aliás, sob o conceito de resistência, e toda uma historiografia que a vem utilizando como parâmetro de análise, o autor valeu-se no contexto do colonialismo português em África dos apontamentos de Elikia M'Bokolo e toda a sua explicação que recupera a tradição desses estudos a partir de uma perspectiva de longa duração, como os estudos de Alen F. Isaacman, *A tradição da resistência em Moçambique*; e os do historiador francês René Pélissier.

Ainda nesta perspectiva – a da apropriação do conceito de resistência – Marc Ferro defendeu na obra *História das colonizações* e, também, na coletânea *Livro negro do colonialismo*, que as resistências ao colonialismo existiram desde os momentos iniciais do uso das formas de dominação que os europeus empregaram do século XVI até o século XX em suas antigas localidades coloniais (FERRO, 1996, p. 12-13). Nessa perspectiva, entendemos que da mesma maneira que a colonização portuguesa foi moldada pelas conjunturas políticas, sociais, culturais, religiosas e econômicas presentes no cenário colonial do século XIX e início do XX, as resistências a dominação colonial também foram balizadas por esses contextos de época.

No caso específico da história de Angola, os embates a dominação colonial portuguesa apontam para um quadro de múltiplas perspectivas e interesses contrários ao colonialismo. De acordo com Douglas Wheeler, a resistência angolana foi protagonizada por colonos brancos, africanos e mestiços, e era fragmentária, localizada e mal organizada. Portugal manteve sua influência na localidade devido a persistência dos portugueses e dos seus aliados em os defender de seus inimigos internos e externos. Assim, “para quase todos os africanos que se opunham a Portugal, houve outros tantos que nada fizeram, que permaneceram neutrais ou ativamente pró-portugueses” (WHEELER; PÉLISSIER, 2013, p. 137).

Ao partir da concepção de uma longa tradição de resistência nos territórios angolanos, consideramos os conflitos existentes entre colonos e oficiais enviados de Lisboa desde o século XVII ou da população nativa como o caso da rainha Nzinga Mbandi na mesma época. No caso específico do século XIX, diversos fatores externos e internos contribuíram para a atmosfera de revoltas e conspirações na localidade, como, por exemplo, as invasões napoleônicas, em 1807-1811; as guerras civis portuguesas, em 1820-1845; a independência do Brasil, em 1822; os planos de colonizações empregados por Sá da Bandeira na década de 1830; os combates aos traficantes de escravos nas décadas de 1840-1870; e as campanhas militares de ocupações existentes nas últimas décadas de Oitocentos.

A partir das considerações anteriores e com a leitura do livro de Washington Nascimento, percebemos que o conceito de resistência sempre desempenhou um papel central nas análises desenvolvidas na historiografia sobre o continente africano.

O livro encontra-se dividido em três unidades que totalizam sete capítulos, com prefácio escrito por Maria da Conceição Neto e apresentação de Leila Leite

Hernandez; em seu final há importantes anexos imagéticos e escritos sobre a história do sudoeste angolano.

O prefácio de Maria da Conceição Neto, historiadora angolana da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (UAN), assinala que a obra de Washington é ímpar, ao trazer discussão quase inexistente na historiografia brasileira que são estudos sobre as Áfricas central e austral. Importantes localidades africanas banhadas pelo Atlântico sul vêm ganhando inúmeros trabalhos, devido a legislação que começou a vigorar nas últimas décadas favorável aos estudos africanos no país.

Já na apresentação escrita por Leila Hernandez, professora de História da África da Universidade de São Paulo (USP), se ressalta a importância da obra por abranger três importantes temáticas para os estudos angolanos: ocupação estrangeira, as resistências locais e as estratégias de subjetivação. Mesmo não sendo temas inéditos na historiografia brasileira sobre a África, o autor trouxe abordagem original.

Em sua introdução, Washington Nascimento assinalou que no caso angolano, devido a uma maior presença portuguesa em finais de Oitocentos, o território foi palco de importantes lutas e resistências contrárias ao colonialismo. Vale assinalar que esses embates devem ser percebidos como as matrizes da luta anticolonial que irão se aflorar na centúria seguinte. Nas suas considerações iniciais, percebemos que ele se apoia na Antropologia e na Linguística, para trabalhar importantes conceitos que aparecem em suas pesquisas sobre o espaço colonial. Temos que ter em conta que a linguagem deve ser uma preocupação dos historiadores, pois ela direciona o nosso olhar para os objetos e espaços que estudamos. Desta maneira, não podemos utilizá-la sem a devida problematização, caso contrário incorremos no risco de reproduzir discursos presentes nos ambientes que estudamos sem a sua devida contextualização e problematização.

No primeiro capítulo, “Soberania territorial e ocupação estrangeira: povos locais, luso-brasileiros, portugueses e alemães no sul de Angola”, iniciou apresentando um processo-crime do início do século XX custodiado no Arquivo Histórico do Namíbe; e que a partir dessa apresentação, demonstrou que casos semelhantes a esse representavam as questões socioeconômica da região sul de Angola e os impactos de sua ocupação.

A região sul de Angola foi inicialmente ocupada por uma diversidade de povos e que devido ao colonialismo, essas populações passaram por processos de

generalizações de suas identidades e características culturais. Posteriormente, nos anos de 1840, com o avanço da influência britânica na região, o governo português começou a incentivar a ocupação efetiva. Em 1848 teve início a ocupação lusa da região de Moçamedes, com a migração de luso-brasileiros vindo de Pernambuco. Em sua maioria eram filhos de portugueses que nasceram em Pernambuco, ainda na época em que o Brasil foi colônia de Portugal. Com a vinda desse grupo, escravos que vieram com seus proprietários se distinguiram dos habitantes locais por não andarem com poucas roupas.

Outra presença estrangeira marcante no sul de Angola, em finais de Oitocentos, foi a presença de missionários religiosos após a Conferência de Berlim (1894-1895). Entre as missões que ali se fizeram presentes estavam os espiritanos da Congregação do Espírito Santo, de origem francesa, e dos renanos da Sociedade das Missões do Reno, de origem alemã. Esta ocupação alemã nos territórios angolanos vinha desde a primeira metade do século XIX, devido as tentativas germânicas de evangelização na região da atual Namíbia.

No capítulo seguinte, “Da Ingombota ao Bairro operário: segregações e transformações no espaço urbano de Luanda (1920-1960)”, a análise do historiador se deu em entender a complexidade de ocupação de Luanda, demonstrando que a localidade reflete na prática as políticas colonialistas: um mundo dividido (colonizado e colonizadores). Nas primeiras décadas do século XX, o centro de Luanda era ocupado por uma elite letrada local, mas que a partir da década de 1940 esse contexto se alterou. Com a chegada de portugueses, por incentivo do Estado Novo, aconteceu um redesenho demográfico na cidade e uma expulsão dos membros dessa elite local da região central.

O aumento de tensões e problemas raciais aumentaram com a chegada dos portugueses que se amparavam em discursos racistas para afastar a elite letrada nativa de setores da administração local. Entre os conflitos apontados pelo pesquisador estava a diferenciação salarial e o acesso a ascensão social de pessoas não europeias. Um dos pontos mais significativos do capítulo é a riqueza imagética da evolução territorial e ocupacional de Luanda. As fotografias apresentadas remontam as primeiras décadas do século XX e se percebe um crescente processo de aumento populacional e melhoramento urbanístico na capital.

No terceiro capítulo, “As ‘famílias tradicionais’ ou a elite mestiça letrada de Angola: entre pertencimentos e resistências”, Washington Nascimento debateu o

conceito de assimilados e elite crioula, o autor apresentou suas concepções sobre o assunto

As chamadas ‘famílias tradicionais’ que ainda em muitos casos ‘dão as cartas’ na estrutura de poder montada hoje. Uma elite letrada e mestiça, marcada por seu caráter extremamente plural e miscigenado, do grupo social local que, frente aos demais angolanos, teve (e ainda hoje tem), alguma ascensão social e econômica. No período que circunscrevi este livro (1901-1961), trata-se de uma elite mais social e cultura do que econômica, marcada por um antigo processo de mestiçagem, que se destaca dentro da sociedade angolana, sobretudo por ter tido acesso à escolaridade, apesar de estar em franco declínio. (NASCIMENTO, 2020, p. 120)

Ao longo dessa parte, o autor focou os embates e resistências que essa elite angolana lidou com as transformações do espaço colonial. É interessante notar que de início era um grupo que seria utilizado para ajudar na administração colonial portuguesa, mas com o passar do tempo essas pessoas começaram a tomar consciência da problemática colonial e irão se opor a dominação lusitana.

Posteriormente em “Os ‘novos assimilados’: viver e lutar dentro de uma política de assimilação colonial”, o autor assinala a ascensão de um novo grupo de assimilados a partir da década de 1940. De acordo com ele,

Os ‘novos assimilados’ eram indivíduos que, durante o governo salazarista em Angola (1926-1974), utilizaram o Estatuto do Indigenato (1926-1961) e documentos complementares para conseguir o status legal de civilizado. Essa condição os afastava do trabalho compulsório, além de permitir que trabalhassem nos órgãos da administração metropolitana, ter autonomia para deslocar-se dentro da colônia, solicitar carteira de motorista, ter o direito ao voto. Possibilitavam-lhes, enfim, alguma ascensão econômica e social. Eles faziam parte de uma pequena elite letrada, que atuava nas franjas do sistema colonial como burocratas do terceiro escalão da administração portuguesa, professores, gráficos enfermeiros, contabilistas, pequenos comerciantes... Não tinham, em sua maioria vínculos familiares, como as famílias tradicionais (a ‘elite crioula’, os ‘antigos assimilados’) apesar de manterem diferentes tipos de relações com elas. (NASCIMENTO, 2020, p. 139)

Vale ressaltar que essa categoria possuía alguns elementos em comum, como, por exemplo, terem conquistado a escolaridade através de missões protestantes, serem oriundos de áreas rurais e normalmente eram pretos, diferentes das famílias tradicionais que em sua maioria eram mestiços. É interessante que tanto neste capítulo quanto no anterior, Washington Nascimento analisou casos de antigos e novos assimilados, mostrando a trajetória de vida de algumas dessas pessoas.

No quinto capítulo, “Mundos do trabalho, violência e insurgências de trabalhadores e trabalhadoras no sul de Angola”, foi contextualizado diferentes relações de trabalho que ocorriam no sul e sudoeste angolano e se percebe as diferentes articulações e resistências que minavam o colonialismo português. O autor chamou a atenção que ao estudarmos as relações laboriais, temos que ter em mente que as análises sobre os contextos locais africanos não é a mesma coisa de se aprofundar nas transformações políticos-legislativas do colonialismo português.

Diferentes situações de trabalhadores em várias localidades perpassam nas páginas deste capítulo como, por exemplo, os de firmas e de gados. Além disso, o autor baseou-se em alguns processos-crimes de maus-tratos de trabalhadores pelos seus patrões e acentua a ocorrência de poucos casos de violência doméstica nas trabalhadoras angolanas, mostrando um processo de silenciamento que acontecia nos espaços domésticos.

No penúltimo capítulo, “Dos campos de algodão ao comércio de peixe: os subterrâneos das resistências no norte angolano”, foi acompanhado a trajetória de vida de Adriano João Sebastião, militante do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e posteriormente se tornou parte dos quadros administrativos com a independência, como exemplo das diferentes formas de resistências ao colonialismo português dentro dos espaços rurais angolanos no século XX. Esse mecanismo de analisar a situação da região com a biografia de alguma pessoa, permite com que os leitores notem a dimensão micro e macro da questão da resistência no norte e noroeste de Angola.

Ao final, em “Música e luta anticolonial: Liceu Vieira Dias e o Ngola Ritmos”, Washington Nascimento demonstrou como foi possível através de manifestações musicais articular resistências e lutas contrárias ao colonialismo português nas primeiras décadas do século XX. Mais uma vez, aproximou o micro e macro da história angolana e apresentou a trajetória do militante e músico anticolonial Liceu Vieira Dias e o conjunto musical Ngola Ritmos.

A utilização da música como mecanismo de contestação e intervenção ao colonialismo português começou nos primeiros decênios do século XX em Luanda. A população local, nos blocos carnavalescos, trazia músicas com mensagens de liberdade e satirizando os colonos lusitanos. Posteriormente, militantes da luta anticolonial e conjuntos musicais começaram a empregar em suas letras mensagens de insubordinação ao regime colonialista. Ao abordar a vida de Liceu Vieira Dias foi demonstrado que ele descendia de uma elite letrada e que o Ngola

Ritmos teve sua origem nos bairros operários de Luanda na década de 1940, tornando-se um importante conjunto musical nas décadas seguintes no sul de Angola.

Washington Nascimento, em suas “Considerações finais”, percebeu que não existe apenas um processo linear que culminou com o início da luta armada para a libertação colonial de Angola, em 1961, mas diversos lugares, histórias e personagens distintos que devem ser analisados para a compreensão do todo. Ao final do livro, temos uma rica e extensa lista de referências bibliográficas e de fontes que foram utilizadas na pesquisa que servem de amparo e ajuda para os pesquisadores da área. Além de anexos imagéticos e textuais que aprofundam e melhoram a compreensão do que foi abordado pelo historiador.

Percebemos que a obra *Jogo nas sombras* traz uma abordagem enriquecendo sobre o contexto de Angola colonial tornando-se uma obra ímpar ao analisar atmosferas micro e macro de Luanda e seu entorno. A partir de uma extensa pesquisa documental e uma metodologia para abarcar diversos tipos de fontes, nota-se como Washington Nascimento é um pesquisador de Estudos Africano de fôlego e que vem conquistando espaço dentre os principais historiadores de Angola no Brasil.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes de. História e historiografia africana: entrevista com o prof. Dr. Elikia M'Bokolo (EHESS-Paris/Universidade de Kinshasha). *Revista de Teoria da História*, Goiânia: UFG, v. 18, n. 2, p. 267-288, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/50912/24914>.

FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ISAACMAN, Allen F. *A tradição da resistência em Moçambique: o vale do Zambeze, 1850-1921*. Porto: Afrontamento, 1979.

NASCIMENTO, Washington. *Jogo nas sombras: realidades misturadas, estratégias de subjetivação e luta anticolonial em Angola (1901-1961)*. Vitória da Conquista, BA: Edições Uesb, 2020.

PÉLISSIER, René. *As campanhas coloniais de Portugal (1844-1941)*. Lisboa: Estampa, 2006.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2013.

Thiago Henrique Sampaio é Doutorando em História, Mestre e Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), câmpus de Assis, São Paulo. Também pela UNESP, câmpus de Assis, é Mestre e Graduado em Letras. Especialista em Formação Didático-Pedagógica para Cursos na Modalidade a Distância pela Universidade Virtual de São Paulo (UNIVESP).

Como citar:

SAMPAIO, Thiago Henrique. Embates, processos de subjetivação e resistências em Angola colonial (1901-1961). *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 17, n. 2, p. 393-400, jul./dez. 2021. Disponível em: pem.assis.unesp.br. Resenha de: NASCIMENTO, Washington. *Jogo nas sombras: realidades misturadas, estratégias de subjetivação e luta anticolonial em Angola (1901-1961)*. Vitória da Conquista, BA: Edições Uesb, 2020.